



## PROGRAMA DE ENSINO

### I. IDENTIFICAÇÃO

---

Curso: Psicologia                      Disciplina: PSI 5628 – Psicologia Jurídica  
Horas/aula semanais: 3              Pré-requisitos: ----

### II. EMENTA

---

Psicologia Jurídica: aspectos históricos, objeto e domínios de intervenção. Estado da arte do conhecimento psicológico nas relações com a Justiça, o Direito e a Lei. Noções do Direito necessárias a formação e capacitação do psicólogo que atua no campo jurídico. O papel do psicólogo nas organizações da justiça. Psicologia Jurídica e Direito Civil. Psicologia Jurídica no âmbito da Infância e Juventude. Psicologia Jurídica e Direito de Família. Psicologia Jurídica e o Direito Penal. Métodos não-adversariais de resolução de conflitos. A perícia psicológica no contexto judiciário. Aspectos éticos e documentos legais em Psicologia Jurídica.

### III. OBJETIVOS

---

*Ao final da disciplina, o aluno deverá ser capaz de:*

- Identificar conceitos e fundamentos da ciência psicológica que contribuem na compreensão dos fenômenos jurídicos.
- Delimitar o objeto e as áreas de abrangência da Psicologia Jurídica no contexto do Direito.
- Distinguir as implicações técnico-científicas e éticas decorrentes da relação entre Psicologia e Direito.
- Conhecer as diferentes possibilidades profissionais neste campo em organizações de justiça.

### IV. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

---

- Psicologia Jurídica: aspectos históricos, objeto e domínios de intervenção.
- Noções de Direito e suas relações com a Psicologia.
- A inserção do psicólogo na carreira jurídica. Atribuições e Normas CRP.
- Psicologia e Criminologia.
- Perícia e Laudos Psicológicos- Avaliação Psicológica.
- Direito de Família - Guarda Compartilhada.
- Alienação Parental.

- Psicologia jurídica no âmbito da infância e juventude.
- Abuso sexual.
- Medidas sócioeducativas (CREAS).
- Divórcio e Mediação Familiar.
- Violência Doméstica – Políticas, leis, trabalho com vítimas e agressores.
- Psicologia Policial.
- Autópsia Psicológica.

## V. BIBLIOGRAFIA

---

Alencar-Rodrigues, & R. Cantera, L. (2012). Violência de gênero em casais: Uma revisão teórica. *Revista Psico*, 42(1), 116-126. Disponível em:  
<http://revistaseletronicas.pucrs.br/fo/ojs/index.php/revistapsico/article/view/11106/7626>

Amendola, M. F. (2008). As falsas denúncias de abuso sexual de pais contra filhos: caminhando na contramão. Em Brito, L. (Org). *Famílias e separações: perspectivas da psicologia jurídica*. Rio de Janeiro: UERJ, 2008.

Barreto, N. A., & Silva, P. R. M. (2011). Laudo psicológico? Reflexões ético-metodológicas sobre a dispersão das práticas psicológicas no judiciário. *Mnemosine*, 7(1), 2-26.  
 Disponível em:  
[http://www.mnemosine.com.br/ojs/index.php/mnemosine/article/view/212/pdf\\_197](http://www.mnemosine.com.br/ojs/index.php/mnemosine/article/view/212/pdf_197)

Beiras, A. (2009). Grupos de homens autores de violência - possibilidades de intervenções diante das recomendações propostas na lei Maria da Penha. En S. L. R. Rovinski, & R. M. C. (Eds.). *Psicologia jurídica: perspectivas teóricas e processos de intervenção* (p. 129-144). São Paulo: Vetor Editora Psico-Pedagógica.

Beiras, A., Moraes, M., Alencar-Rodrigues, R., & Cantera, L. (2012). Políticas e leis sobre violência de gênero – reflexões críticas. *Psicologia & Sociedade*, 24(1), 36-45.

Brito, L. M. T. de , Beiras, A. , & Oliveira, J. D. G. (2012). Psicologia Jurídica: reflexões críticas sobre demandas emergentes e exigências profissionais. *Cuadernos de Psicología*, 14, 25-36, 2012. Disponível em:  
<http://www.quadernsdepsicologia.cat/article/view/1134/860>

Brito, L. M. T de. (2008) . Diga-me agora... O depoimento sem dano em análise. *Psicologia Clínica*, 20, 113-126, 2008.

Brito, L. M. T de. (2012). Anotações sobre a Psicologia jurídica. *Psicologia Ciência e Profissão*, 32, 194-205. Disponível em:  
<http://www.scielo.br/pdf/pcp/v32nspe/v32spec14.pdf>

Brito, L. M. T de., & Gonsalves, E. N. (2013). Guarda compartilhada: alguns argumentos e conteúdos da jurisprudência. *Rev. direito GV*, 9( 1), 299-317. Available from  
[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1808-](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-)

24322013000100011&lng=en&nrm=iso>. Access on 12 Feb. 2015.  
<http://dx.doi.org/10.1590/S1808-24322013000100011>.

Coltro, B, Giacomozzi, A. I., & Peixono, K. (2017) Avaliação psicológica em processos judiciais de abandono afetivo: conflitos familiares e as demandas do judiciário. *Quadernos de Psicologia*, 19(3), 287-298 ISSN: 0211-3481. Disponível em DOI:<https://doi.org/10.5565/rev/qpsicologia.1422>

Costa, F. , & Cruz, R. M. (2005). Atuação de Psicólogos em Organizações de Justiça do Estado de Santa Catarina. Em R. M. Cruz, S. K Maciel, D. C. Ramirez (org). *O trabalho do Psicólogo no campo Jurídico* (pp.19-40). São Paulo: Casa do Psicólogo.

Cruz, R., Maciel, S., & Ramirez, D. (orgs.). (2005). *O trabalho do psicólogo no campo jurídico*. São Paulo: Casa do Psicólogo.

Giacomozzi, A. I, Nicoletti, M., & Godinho, E. (2015). As representações sociais e as motivações para adoção de pretendentes brasileiros à adoção. *Psychologica*, 58(1). Disponível em:  
[http://dx.doi.org/10.14195/1647-8606\\_58-1\\_3](http://dx.doi.org/10.14195/1647-8606_58-1_3).

Martins, S., Prado, F, Kleber. (2012). Relações arqueológicas entre criminologia e psicologia: a emergência de discursos e práticas. Em: S. Martins, A. Beiras, R. M. Cruz (Orgs). *Reflexões e experiências em Psicologia Jurídica no contexto criminal/penal*. São Paulo: Vetor.

Martins, S., Beiras, A., & Cruz, R. M. (2012). *Reflexões e experiências em Psicologia Jurídica no contexto penal/criminal*. São Paulo: Vetor.

Müller, F. G., Beiras, A., & Cruz, R. M. (2007). O trabalho do psicólogo na mediação de conflitos familiares: reflexões com base na experiência do serviço de mediação familiar em Santa Catarina. *Aletheia*, 26, 196-209. Disponível em  
<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/aletheia/n26/n26a16.pdf> Acesso em 12-02- 2015.

Nicoletti, M., Giacomozzi, A. I., & Cabral, M. F. (2017) Análise de dois estudo de casos de abuso sexual cometido por mães. *Revista de Psicologia*, 35(2), Disponível em <https://dx.doi.org/10.18800/psico.201702.002>

Rovinski, S. L. (2004). *Fundamentos da perícia psicológica forense*. São Paulo: Vetor.

Rovinski, S. L. R. (2009). *Psicologia Jurídica no Brasil na América Latina: Dados Históricos e suas repercussões quanto a avaliação Psicológica*. Em S. L. R. Rovinski, & R. M. Cruz (Org.). *Psicologia jurídica: perspectivas teóricas e processos de intervenção*.(pp.11-22). São Paulo: Vetor.

Rovinski, S. L. R.,& Cruz, R. M. (2009). *Psicologia Jurídica – perspectivas teóricas e processos de intervenção*. São Paulo: Vetor.

Sousa, A., & Brito, L. (2011). Síndrome de alienação parental: da teoria Norte-Americana à nova lei brasileira. *Psicologia Ciência e Profissão*, 31(2), 268-283.

Soria-Verde, M. A. (2010). La psicología policial. Em: M. A. Soria- Verde. (org.). Manual de Psicología Jurídica e investigación criminal (pp.167-188).Madrid: Psicología Pirámide.

Trindade, J. (2011). Manual de psicologia jurídica para operadores do direito. 5. ed. rev., atual. e ampl. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 711 p.

Resoluções do CFP:

Sobre a realização de perícia, produção e análise de documentos:

<http://site.cfp.org.br/wpcontent/uploads/2013/01/Resolu%C3%A7%C3%A3o-CFPn%C2%BA-017-122.pdf>

Sobre a escuta de crianças e adolescentes em situação de violência:

<http://site.cfp.org.br/wpcontent/uploads/2010/07/Resolu%C3%A7%C3%A3o-CFP-010-10-com-parecer-sobre-suspens%C3%A3o-judicial.pdf>

Sobre a atuação do Psicólogo como perito e assistente técnico no poder

Judiciário: [http://site.cfp.org.br/wpcontent/uploads/2010/07/resolucao2010\\_008.pdf](http://site.cfp.org.br/wpcontent/uploads/2010/07/resolucao2010_008.pdf)

Manual de elaboração de documentos escritos produzidos pelo Psicólogo, decorrentes de avaliação psicológica:

[http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2003/06/resolucao2003\\_7.pdf](http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2003/06/resolucao2003_7.pdf)